

Vidigal critica proposta de Arinos à Constituinte

São Paulo — O presidente da Federação das Indústrias do Estado — Fiesp — Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, que foi membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, disse que "respirou aliviado" ontem ao saber que o presidente José Sarney não enviará a proposta da Comissão Arinos à Assembléia Nacional Constituinte. Defensor intransigente da iniciativa privada, do lucro capitalista e da redução do estado na economia, Vidigal viu seus pontos de vista frustrados na redação final. A proposta da Comissão, em sua opinião, é "socializante" e, se adotada, inviabilizará o progresso econômico, político e social, representando uma ameaça à democracia.

Nem mesmo a sugestão de mudança do sistema presidencialista para outro, de cunho mais parlamentarista — regime de governo que sempre defendeu — agradou Vidigal, porque a proposta, para ele, mantém os irrestritos poderes do presidente da República, ao extinguir os decretos-leis. Por tudo isso, em sua opinião, a comissão não passou de um "colegiado de notáveis e notórios, cujo desconhecimento da realidade brasileira é assustador".

Vidigal fez seu pronunciamento de 10 páginas num almoço de despedida que ofereceu à imprensa em razão de seu afastamento da Fiesp na próxima sexta-feira, quando passará o posto que exerceu durante seis anos a seu sucessor eleito, empresário Mario Amato. Ele lembrou a "alta fatura" paga pela iniciativa privada nos anos de recessão. Apesar das críticas severas que fez à política econômica dos governos militares, Vidigal não escondeu que seu voto, nas próximas eleições, será dado ao principal gestor dessas medidas, o ex-ministro Antônio Delfim Netto, agora candidato a deputado federal pelo PDS.

Peixoto pede união pela Constituição

O presidente do PDS, senador Amaral Peixoto, defendeu, em Brasília, um entendimento entre líderes de todos os partidos de representação na Câmara e no Senado para viabilizar o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte no próximo ano.

"Acho que não é possível fazer nada, por enquanto. Logo depois da eleição de 15 de novembro, porém, vou endereçar apelo aos homens de bom senso, das diferentes agremiações políticas, no sentido de que a Assembléia Nacional Constituinte possa funcionar. Os melhores elementos de todos os partidos devem se unir para dar sentido à Constituinte, para que não haja o caos", segundo ele.

Amaral Peixoto acha que os comunistas terão escassa participação na Assembléia Nacional Constituinte, em virtude da legalização de seus partidos:

"Os comunistas são muito mais perigosos na clandestinidade do que na legalidade. Haverá candidatos eleitos pelo PC e pelo PCB do B e por outros partidos. Não se podem identificar antecipadamente, porque alguns somente vão aparecer no plenário da Constituinte. A representação da esquerda vai cair, porque ela está dividida. Quanto aos comunistas, desapareceu o seu ministério, o encanto da coisa secreta".



Luís Eulálio Vidigal considera proposta Arinos "socializante"

Jaguaribe descarta estatização

"O anteprojeto elaborado pela Comissão de Estudos Constitucionais não é estatizante. Ele apenas entrega à iniciativa privada a função de gerar riquezas, submetida a um crivo social" — disse o cientista político Hélio Jaguaribe, rebatendo críticas de alguns setores empresariais.

Na sua definição, os artigos que tratam da ordem econômica representam "uma proposta aberta de economia de mercado socialmente regulada". Jaguaribe considera completamente incompatível a adoção de um modelo econômico inspirado no liberalismo clássico, no mundo atual. Por isso, o anteprojeto prevê um compromisso social dos setores da produção. "Pois, só assim, será possível reduzir o inaceitável intervalo entre a nossa sociedade e a economia", salienta ele.

Um dos artigos do anteprojeto diz: "A atividade econômica será realizada pela iniciativa privada, resguardada a ação supletiva e reguladora do Estado, bem como a função social da empresa". O professor, referindo-se a esse ar-

tigo, afirma: O direito de propriedade não é um direito absoluto". Na sua avaliação, o modelo econômico sugerido pelo colegiado de Afonso Arinos e do qual ele fez parte garante a remuneração do capital, determinando que o excedente do lucro seja repassado em benefício da sociedade. Hélio Jaguaribe defende uma boa remuneração do capital, o que seria indispensável ao próprio sistema. Pelo anteprojeto, "o empresário terá uma remuneração adequada com um tratamento social", reafirma o mesmo professor.

Sobre as críticas desferidas por Sérgio Quintella, que definiu as propostas de "estatizantes e intervencionistas", Hélio Jaguaribe lembrou que "Sérgio Quintella é um empresário", e nessa condição ele estaria defendendo os interesses de uma classe. Jaguaribe reiterou que "a proposta se caracteriza pela preservação da economia de mercado e livre empresa, reconhecendo nela o instrumento mais apto para a produção de riquezas e para acelerar o nosso desenvolvimento".

Para deputados, é só subsídio

O deputado Airton Soares (PMDB-SP) encontrou uma função para a "Comissão dos Notáveis", presidida pelo professor Afonso Arinos: que ela funcione como assessora da Assembléia Nacional Constituinte.

Ele fez a sugestão na Câmara, num momento em que o deputado Solon Borges dos Reis (PTB-SP) criticava uma declaração atribuída a Afonso Arinos, segundo a qual "a Constituição está pronta".

Os dois deputados assinalaram

que o trabalho daquela comissão pode apenas servir de subsídio à Assembléia Nacional Constituinte. E Airton Soares propôs que, além disso, a própria comissão funcione como órgão de consulta durante a elaboração da Constituição. Sempre que houvesse dúvidas ou opiniões muito divergentes a respeito de algum tema, poderia ser solicitado um parecer daquela comissão, cabendo, porém, sempre aos constituintes, como representantes do povo, a decisão final.

Juízes queriam dar sugestões

Recife — O ministro Sidney Sanches, do Supremo Tribunal Federal (STF), criticou ontem durante o X Congresso Brasileiro de Magistrados, a não-participação de um magistrado na Comissão Afonso Arinos, que elaborou o anteprojeto constitucional entregue ontem ao presidente José Sarney. Para ele a inclusão de pelo menos um juiz na comissão teria sido de grande importância para o anteprojeto constitucional.

Segundo o ministro, a participação de um magistrado aprimoraria a Comissão Afonso Arinos na parte relativa ao Poder Judiciário e à magistratura nacional, por isso acha que seria muito importante a convocação de um juiz. Ele acrescentou que pelo menos o presidente da Associação dos Magistrados no Brasil, desembargador Milton Martins, deveria ter sido membro da Comissão, "porque representa toda a magistratura e teria condições de transmitir as reivindicações dos juizes".

O ministro Sidney Sanches, ao reclamar da não-participação dos magistrados, disse ainda que até mesmo uma contribuição dada pelo Supremo Tribunal Federal à Comissão partiu de uma solicitação da própria Comissão.

Sugestões

As sugestões foram: dar maior autonomia orçamentária ao Poder Judiciário, que submeteria sua proposta anual diretamente ao Legislativo, sem passar pelo crivo do Poder Executivo; maior autonomia administrativa, pois os tribunais teriam competência para encaminhar propostas de criação de cargos na primeira instância, não apenas nos seus próprios serviços auxiliares; transformar o Tribunal Federal de recursos em terceira instância na área federal, criando-se tribunais regionais federais que exerceriam as funções de segunda instância, com sede em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre, inicialmente, e também extinguir os juizes classistas do trabalho.

— Essas sugestões foram

acolhidas, mas o Tribunal não pode encaminhar mais sugestões sobre as instituições que prestam seus serviços junto ao Poder Judiciário, mas que estejam vinculadas ao Executivo. Teríamos sugestões sobre o Ministério Público, a assistência judiciária gratuita, mas nos abstivemos, pois a Comissão não nos solicitou ajuda nesse sentido.

A extinção da representação classista na Justiça do Trabalho, uma das sugestões do Supremo à Comissão, foi também uma das teses aprovadas ontem no Congresso, que se realiza em Recife, onde o Ministro esteve presente. A tese é do juiz José Soares Filho, da Quinta Junta de Conciliação e Julgamento de Recife, que considera "desnecessários" os juizes classistas, por dependerem de um togado. Esses juizes não têm conhecimento aprofundado do Direito do Trabalho e ainda representam grande dispêndio para a União, com a Justiça, em seu entender.

Liberalizante

Na opinião de Sidney Sanchez, mesmo sem a participação de um magistrado, a Comissão Afonso Arinos produziu "resultados liberalizantes" e de interesse de todo o povo, embora o STF discorde de alguns pontos incluídos no anteprojeto constitucional.

Ele citou como exemplo a criação de um Superior Tribunal de Justiça, que o anteprojeto defende, mas de que o STF discorda totalmente, por entender que isso seria um entrave entre os tribunais de justiça dos Estados e o próprio STF.

Ao falar da importância de algumas sugestões enviadas à Comissão Afonso Arinos pelo STF e que foram aproveitadas no anteprojeto constitucional, o ministro disse que todas as entidades de classe do País devem enviar aos constituintes eleitos as suas reivindicações, para que seja elaborada uma nova Constituição que tenha condições de atender aos desejos da população e não apenas servir aos interesses de uma minoria privilegiada.